

**ATA DA 23ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CONERH**

No dia 14 de abril de 2026, às 9h30, ocorreu a 23ª Reunião Extraordinária do CONERH, realizada de forma virtual por meio da plataforma Microsoft Teams. Participaram da reunião os conselheiros ao final listados, além de convidados. Constaram na pauta os seguintes itens: 1) Abertura e verificação de quórum; 2) Prorrogação do mandato dos membros dos Comitês de Bacias Hidrográficas (INEMA/CGDIS); 3) Avaliação das Metas PROGESTÃO 2025 (INEMA/DIRAM); e 4) O que ocorrer. A Sra. **Larissa Cayres** - SEMA iniciou a reunião após a verificação do quórum, agradecendo a todos que têm procurado a Secretaria Executiva para atualização das representações dos membros do CONERH. Registrou que as reuniões são gravadas para fins de elaboração de ata, podendo a gravação ser disponibilizada aos conselheiros, quando necessário, ressaltando que o material não poderá ser compartilhado em razão da ausência de autorização de uso de imagem por parte de todos os participantes. Comunicou que foi publicado o decreto que prorroga, até 22 de março de 2028, o mandato atual dos membros do CONERH, o qual já foi encaminhado por e-mail aos conselheiros. Informou que o Conselho recebeu expediente da Coordenação de Gestão de Fundos da Secretaria do Meio Ambiente do Estado da Bahia – SEMA, solicitando a atualização dos membros representantes deste Conselho na Câmara de Compensação Ambiental, e solicitou a aprovação do colegiado para inclusão do tema em regime de urgência na pauta da presente reunião, para que, ao final, no ponto 4 da pauta, sejam definidos os representantes, deliberando-se pela manutenção dos atuais membros ou pela realização de alterações. Solicitou a compreensão de todos, considerando tratar-se de reunião extraordinária, a qual tende a ser mais objetiva, não havendo, portanto, aprovação de atas nem abertura de informes. O primeiro ponto de pauta tratou do expediente recebido por este Conselho, por meio de ofício do INEMA, solicitando a prorrogação do mandato dos membros dos Comitês de Bacias Hidrográficas, considerando que os mandatos têm término previsto para o corrente ano. Registrou que o Estado da Bahia possui 14 Comitês de Bacias Hidrográficas de domínio estadual criados e ativos, dos quais 12 terão seus mandatos encerrados em 2026. Esclareceu que a solicitação se fundamenta, principalmente, nas restrições impostas pela legislação eleitoral, especialmente no que se refere às ações de mobilização, razão pela qual os Comitês, por meio da CGDIS, que atua como sua secretaria executiva, encaminharam o referido ofício ao CONERH, solicitando a deliberação pela prorrogação dos mandatos por mais 1 (um) ano, de modo a assegurar estabilidade, governança e participação adequada no ciclo 2026–2027, evitando prejuízos às ações estratégicas dos Comitês durante o período eleitoral. Não havendo manifestação por parte da Secretaria Executiva dos Comitês, A Sra. Larissa Cayres facultou a palavra ao Vice-Presidente do Fórum Baiano de Comitês de Bacias Hidrográficas (FBCBH) para manifestação sobre o primeiro ponto de pauta. O Sr. **Marcos Bernardes** (FBCBH) informou que, na primeira reunião ordinária do ano, realizada em Salvador na semana anterior, foi ressaltada a necessidade de extensão do mandato das representações em razão do período eleitoral, considerando as dificuldades de mobilização. Destacou que houve o entendimento de que, dos 14 Comitês existentes, 12 manifestaram concordância com a medida, ressaltando, ainda, que eventual

51 posicionamento contrário seria de difícil operacionalização, diante do curto
52 prazo disponível para mobilização. Registrou o endosso do Fórum à
53 necessidade de prorrogação dos mandatos. A Sra. Larissa Cayres concedeu a
54 palavra aos membros do CONERH para manifestação sobre o ponto de pauta.
55 Não havendo manifestações, procedeu à leitura da minuta de resolução de
56 prorrogação. Não houve objeções, sendo a resolução aprovada, com ajuste na
57 denominação do CBH Peruípe, Itanhém e Jucuruçu. Foi dado início ao
58 segundo ponto de pauta e, antes de facultar a palavra à equipe do
59 INEMA/DIRAM, teceu elogios à equipe, destacando a condução do Sr. **Welton**
60 **Rocha** - INEMA, pela disponibilidade e qualidade do trabalho desenvolvido.
61 Esclareceu que o PROGESTÃO é uma ferramenta importante para
62 acompanhamento da implementação da política de recursos hídricos,
63 contemplando aspectos relacionados a cobranças, outorgas, pesquisas,
64 funcionamento do CONERH e ao Plano Estadual, entre outros, sendo todos
65 esses itens objeto de avaliação. Informou que a presente reunião constitui
66 oportunidade para que o colegiado realize essa avaliação e que, após a
67 apresentação da Sra. **Ângela Timbó** - INEMA seriam abertos debates,
68 comentários e dúvidas. A Sra. **Leila Oliveira**, do Sindicato dos Produtores
69 Rurais de Ibicoara, reiterou posicionamento já apresentado em reuniões
70 anteriores, destacando a dificuldade de avaliar o PROGESTÃO diante da
71 ausência de acompanhamento contínuo da gestão de recursos hídricos.
72 Solicitou a inclusão, nas pautas do CONERH, de atualizações periódicas sobre
73 as ações da SEMA/INEMA e dos Comitês, a fim de qualificar a avaliação do
74 colegiado. A Sra. Larissa Cayres concordou com a proposta e informou que
75 avaliará, junto ao INEMA, a melhor forma de implementação, possivelmente
76 por meio de apresentações nas reuniões ordinárias, visando qualificar o
77 acompanhamento do colegiado, especialmente na avaliação do PROGESTÃO
78 e na elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Em seguida, iniciou
79 o relato do que foi discutido na reunião da Câmara Técnica de Planos,
80 Programas e Projetos (CTPPP), realizada em 31/03/2026. Informou que, na
81 ocasião, a Sra. **Ângela Timbó** apresentou o cumprimento das metas
82 estabelecidas por este colegiado para a gestão de recursos hídricos no ano de
83 2025 destacando aquelas não alcançadas, como outorga de uso de recursos
84 hídricos, implementação da cobrança e criação e implementação da Agência
85 de Bacias do Estado, entre outras que não atingiram a pontuação mínima,
86 sendo debatidas as causas do não cumprimento. Registrou que houve amplo
87 debate acerca das causas do não cumprimento dessas metas. Informou que
88 teve apresentação também do plano de capacitação e as ações realizadas em
89 2025, ressaltando as dificuldades decorrentes do repasse tardio de recursos
90 pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) ao INEMA, o que
91 impactou a execução das metas. Foi também destacada, pelos conselheiros na
92 reunião, a limitação de pessoal do INEMA em relação à cobrança pelo uso da
93 água. Por fim, informou que a CTPPP emitiu parecer favorável, submetido ao
94 plenário do colegiado para aprovação. O Sr. **Marcos Bernardes** informou que,
95 na reunião do Fórum Baiano realizada na semana anterior, foi feita análise
96 preliminar dos documentos, com destaque para o quadro-síntese. Ressaltou os
97 aspectos positivos que alcançaram nota máxima, como o funcionamento do
98 CONERH e as iniciativas de capacitação, e destacou os pontos com menor
99 desempenho, que receberam nota mínima, como planejamento estratégico,
100 pesquisa, desenvolvimento e inovação, outorga de recursos hídricos e

101 cobrança pelo uso da água. Registrou o reconhecimento da ausência de
102 planejamento estratégico e informou que foi encaminhada, no âmbito do
103 Fórum, que os Comitês de Bacias demandem ao sistema SEMA/INEMA a
104 realização de oficinas de capacitação, aproveitando a prorrogação dos
105 mandatos para elaboração desse instrumento como legado para as próximas
106 representações. Apontou, ainda, a necessidade de avanços na implementação
107 da cobrança pelo uso de recursos hídricos, reconhecendo que não se trata do
108 único mecanismo de financiamento do sistema estadual e dos Comitês de
109 Bacias, mas destacando sua importância e a necessidade de priorização pelo
110 CONERH. Ressaltou também a situação das outorgas, mencionando a
111 limitação da equipe e sua concentração em Salvador, o que tem gerado
112 demora na análise dos processos e desestímulo aos usuários. Destacou a
113 importância de avanços no sistema, inclusive em aspectos operacionais, como
114 a viabilização da cobrança, mencionando que outros comitês estaduais já vêm
115 se mobilizando nesse sentido, inclusive com participação de usuários do
116 agronegócio. A Sra. Larissa destacou o reconhecimento do CONERH em
117 pesquisa recente da ANA, especialmente quanto à transparência e acesso às
118 informações. Em relação ao planejamento estratégico, informou que avaliará
119 internamente formas de viabilização, considerando positiva a proposta de
120 realização de oficinas que aliem capacitação e elaboração do próprio
121 planejamento. Quanto às outorgas, reconheceu as dificuldades enfrentadas na
122 gestão, especialmente em razão da redução do quadro de servidores,
123 informando a previsão de contratações por meio de concurso e REDA.
124 Destacou, ainda, a celebração de acordo de cooperação técnica com a ANA
125 para adesão aos sistemas REGLA e Portal Água Brasil, bem como o
126 desenvolvimento, pelo INEMA, de novo Sistema Estadual de Informações
127 Ambientais da Bahia (SEIA), visando à integração de dados. Ressaltou, ainda,
128 a importância da efetivação dos instrumentos da política de recursos hídricos,
129 com destaque para a cobrança pelo uso da água, reforçando sua defesa do
130 instrumento e afirmando que sua implementação contribuirá para melhores
131 resultados na gestão. Acrescentou que os Comitês também precisam se
132 preparar, reconhecendo que alguns se encontram mais avançados que outros,
133 sugerindo que criem suas câmaras técnicas de outorga e cobrança. Destacou
134 que, especialmente aqueles que já possuem planos de recursos hídricos
135 aprovados, já dispõem de subsídios e diretrizes para discutir a cobrança a
136 partir desses instrumentos, e, com base em sua atuação no acompanhamento
137 do PROGESTÃO, na condição de ponto focal de algumas metas, ressaltou que
138 o processo de integração na regulação, no planejamento e nos instrumentos de
139 sustentabilidade constitui o caminho para o fortalecimento do sistema de
140 gerenciamento de recursos hídricos. A Sra. Leila Oliveira destacou a
141 importância da elaboração e implementação dos planos de bacias como
142 condição para o avanço da cobrança pelo uso de recursos hídricos,
143 ressaltando que esse instrumento deve ser implementado de forma articulada
144 com os demais instrumentos da política, especialmente a outorga. Mencionou
145 que, em reunião realizada no início da gestão do atual Secretário, foi proposta
146 e acolhida a revisão dos procedimentos de outorga, reconhecendo a limitação
147 de pessoal, mas destacando que também é possível aprimorar os fluxos e
148 procedimentos, de modo a conferir maior celeridade às análises. Ressaltou que
149 a ausência de outorga ou de dispensa compromete a capacidade de avaliação
150 e de realização do balanço hídrico, prejudicando a gestão. Acrescentou, ainda,

151 a necessidade de revisão da abordagem adotada em relação aos usuários
152 outorgados, sugerindo que o tratamento não seja excessivamente punitivo,
153 mas orientado ao incentivo, esclarecimento e sensibilização, de forma a
154 promover a adesão ao cadastramento de usuários de recursos hídricos e
155 possibilitar a regularização dos usos. A Sra. Larissa Cayres ressaltou que o
156 processo de regularização dos diversos usos de recursos hídricos, não se
157 limitando à outorga, é fundamental para a adequada gestão, pois permite ao
158 órgão gestor conhecer os usos existentes e assegurar a proteção dos direitos
159 concedidos. Recordou que a revisão normativa da outorga já está prevista no
160 planejamento do colegiado, com início programado para o presente ano.
161 Informou, ainda, que todas as considerações, sugestões e críticas
162 apresentadas são encaminhadas à Presidência do colegiado. A Sra. Leila
163 Oliveira citou exemplo para reforçar seu posicionamento, destacando que, em
164 situações de crise hídrica, as medidas adotadas pelo INEMA, como a redução
165 de outorgas por meio de portarias, acabam atingindo principalmente os
166 usuários regularizados, enquanto os não outorgados permanecem sem
167 controle. Citou caso na bacia do rio Itinga, onde a medida ainda persiste
168 mesmo após o fim da seca, gerando desconforto entre os usuários
169 regularizados. A Sra. Larissa Cayres informou que encaminhará a situação ao
170 Secretário e ao Diretor do INEMA. O Sr. **Miguel Polino** - Nacional de Defesa
171 dos Direitos Humanos ponderou que o termo "punitivo" é forte, destacando que
172 a atuação deve buscar equilíbrio entre os diferentes usuários, considerando
173 seus contextos e demandas, especialmente diante do cenário climático. O Sr.
174 **Sérgio Bastos** informou que o planejamento do tema está previsto para o
175 próximo ano. A Sra. Ângela Timbó esclareceu os pontos não cumpridos,
176 destacando a demanda relacionada à outorga, em razão do elevado passivo de
177 regulação no órgão, decorrente, principalmente, da limitação de pessoal,
178 informando que estão em andamento processos de contratação por meio de
179 REDA e concurso público. Ressaltou que não foi possível avançar na
180 implementação da cobrança, bem como na criação de agência de bacia ou
181 entidade delegatória, tendo em vista a inexistência da cobrança,
182 permanecendo tais atribuições sob responsabilidade do INEMA. Destacou,
183 ainda, que um dos principais fatores que têm prejudicado o desempenho no
184 PROGESTÃO é o repasse tardio de recursos pela ANA, situação já
185 reiteradamente apresentada à Câmara Técnica e registrada nos relatórios
186 encaminhados ao CONERH, explicando que, no exercício analisado, o repasse
187 ocorreu apenas em 24 de dezembro, quando já estavam encerradas as
188 possibilidades de empenho e pagamento pelo Estado, o que impactou
189 negativamente os indicadores, reduzindo o percentual registrado no relatório
190 para cerca de 30%, embora a execução real se aproxime de 70%. Informou
191 que, em razão desses atrasos, há necessidade de reprogramação das ações,
192 sendo, em alguns casos, os pagamentos realizados com recursos próprios do
193 INEMA, com posterior compensação, o que dificulta o planejamento e a
194 execução, acrescentando que, no exercício em questão, a execução foi ainda
195 mais prejudicada, com a parcela recebida sendo utilizada de forma diluída ao
196 longo de 2026. Ressaltou que o Estado tem alcançado bons resultados em
197 diversas variáveis do PROGESTÃO, embora ainda existam fragilidades
198 recorrentes, como no planejamento estratégico, destacando que a SEMA já
199 avançou na atualização de seu regimento interno, enquanto o INEMA ainda
200 não, o que dificulta a elaboração desse instrumento. Acrescentou que a área

de outorga vem enfrentando, desde 2024, perda de servidores, sendo a principal demanda a contratação de pessoal, esclarecendo que o PROGESTÃO não permite esse tipo de contratação, por se tratar de atividades de rotina. Em relação à cobrança, informou que participa, juntamente com a Sra. Larissa Cayres, de grupo de estudos sobre o tema, destacando que as atividades estão sendo retomadas e que há expectativa de avanço no processo de implementação no Estado. No que se refere à capacitação, ressaltou que o PROGESTÃO tem assumido papel relevante no apoio aos Comitês de Bacias e aos membros do sistema estadual de recursos hídricos, com resultados positivos nessa área, informando, contudo, que houve redução significativa dos recursos repassados pela ANA, passando de aproximadamente R\$ 1,4 milhão para cerca de R\$ 700 mil, o que deverá impactar as ações a partir do próximo exercício, embora esteja sendo feito esforço para manter os investimentos em capacitação. Destacou que o planejamento já foi ajustado à nova realidade orçamentária e que as informações constam nos documentos encaminhados aos membros, colocando-se à disposição para apresentar os dados detalhados aos conselheiros que tiverem interesse. A Sra. Larissa Cayres consultou os conselheiros quanto ao interesse em obter mais detalhes ou esclarecimentos adicionais sobre o tema, solicitando manifestação. Reforçou que todos os documentos foram encaminhados dentro do prazo regimental. Não havendo manifestações, procedeu à leitura da minuta de resolução que aprova, no âmbito do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, a avaliação das Metas de Gestão das Águas 2025 do 3º Ciclo do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – PROGESTÃO, contemplando o Formulário de Autoavaliação 2025, o Formulário de Autodeclaração 2025, a Aplicação de Recursos 2025, a Programação Anual de Capacitações 2026, bem como a revisão do Plano Plurianual de Aplicação dos Recursos Financeiros (PPA) 2025–2029. Não havendo questionamentos, submeteu à votação os documentos apresentados, os quais foram aprovados por unanimidade pelos conselheiros. A Sra. Larissa Cayres informou que, antes de passar ao quarto ponto de pauta, gostaria de submeter à deliberação do colegiado a inclusão, em regime de urgência, da escolha dos representantes do CONERH na Câmara de Compensação Ambiental, esclarecendo que não se tratava, naquele momento, de votação de nomes, mas apenas da autorização para inclusão do tema na pauta, conforme disposto no regimento. Questionou se havia manifestação contrária por parte dos conselheiros. A Sra. Leila Oliveira ponderou que, por se tratar de reunião extraordinária, os temas deveriam constar previamente na pauta de convocação, manifestando dúvida quanto à inclusão de novo ponto para deliberação e sugerindo que a discussão fosse amadurecida, com as indicações encaminhadas posteriormente. A Sra. Larissa concordou, informando que já havia dialogado com Pedro Tojo e que não haveria prejuízo em tratar o tema em outra reunião, registrando apenas a necessidade de atualização das representações, atualmente compostas por Fábio como titular e Marcelo como suplente, ficando a deliberação para reunião futura. O Sr. Miguel Polino pediu esclarecimento, lembrando que não haveria escolha de nomes naquele momento, e questionou se já havia definição de segmento ou se a escolha seria feita pela plenária. A Sra. Larissa Cayres esclareceu que já existe definição por decreto, inclusive quanto à vedação de representantes do poder público, e que o funcionamento da Câmara também já está regulamentado. Informou ainda que o expediente encaminhado por Pedro



Tojo solicita manifestação formal do Conselho sobre a recondução dos atuais membros ou eventual substituição, com indicação de novos representantes, caso necessário. A Sra. Leila Oliveira informou que essa discussão já ocorreu no CEPRAM, lembrando o acordo entre os conselhos de manter uma composição equilibrada entre sociedade civil e segmento empresarial (usuários), de forma alternada, sendo que, no CEPRAM, a sociedade civil ocupa a titularidade, enquanto no CONERH ocupa a suplência, e vice-versa. Sugeriu verificar como ficou a composição naquele colegiado, a fim de manter esse alinhamento também no CONERH, inclusive no momento da votação. A Sra. Larissa Cayres destacou que essa observação reforça a importância de tratar o tema na próxima reunião. O Sr. Miguel Polino solicitou a atualização da lista de membros do CONERH, considerando que há alterações na composição, ressaltando a importância de que essa informação esteja disponível na próxima reunião. A Sra. Larissa Cayres informou que a atualização já vem sendo realizada, não havendo impedimento em apresentá-la, e agradeceu às representações que têm encaminhado atualizações por e-mail, conforme mencionado no início da reunião. O Sr. **Fábio de Oliveira** - UNEB, na condição de representante do CONERH na Câmara de Compensação Ambiental, agradeceu a oportunidade e informou que possui a Portaria nº 33, de 15 de maio de 2024, que nomeia os membros da referida Câmara no Estado da Bahia, publicada no Diário Oficial. Destacou a importância de registrar a informação e ressaltou a relevância do trabalho desenvolvido na Câmara, mencionando sua atuação no colegiado. Manifestou entendimento de que o tema deve ser incluído em pauta de reunião futura para deliberação. A Sra. Larissa Cayres agradeceu a atuação de do Sr. Fábio de Oliveira como representante do CONERH, destacando que seu nome foi elogiado pela equipe do Sistema Estadual de Recursos Hídricos pelo compromisso no colegiado. O Sr. Fábio de Oliveira solicitou permissão para realizar a leitura da Portaria que trata dos atuais representantes da Câmara de Compensação Ambiental. Após a leitura, sem mais assuntos a tratar, a Sra. Larissa Cayres agradeceu a presença e as contribuições de todos, bem como o apoio da Secretaria Executiva, na pessoa da Sra. Císsara Santos, encerrando a reunião às 10:55. A presente ata será assinada pelo Presidente do CONERH e pela Secretária Executiva.

Presidente: Eduardo Mendonça Sodré Martins
Secretária Executiva: Larissa Cayres de Souza



Membros presentes:

Larissa Cayres de Souza - SEMA/SIDA/DIPPA
Welton Luiz Costa Rocha – DIRAM/INEMA
Gustavo Dias Campos - SEDUR
Matheus de Souza Fernandes – SEDUR
Amanda Santos Silva – SDE
Ana Carla Pires Meira Cardoso – PGE
Angela Ribeiro - BRACELL
Leila Márcia Souza Oliveira - Sindicato Prod. Rurais de Ibicoara
Jordon Luiz Werlang – CETREL S/A
Rodolfo Figueiredo Schubach de Oliveira - BRASKEM

301 Marcos Rogério Beltrão dos Santos - ADES
302 Miguel Angel Polino – Conselho Nacional de Defesa dos Direitos Humanos
303 Nilson Gonçalves Vicente – FBA
304 Fábio de Oliveira – UNEB
305 Walney Magno de Souza – Instituto dos Povos Indígenas da Bahia
306 Renato dos Santos Andrade - CREA
307 Marcos Eduardo Cordeiro Bernardes – FCBH
308 Sérgio de Almeida Bastos - COFIC
309
310 Convidados:
311 Císsara Santos – SEMA/SIDA/DIPPA
312 Luine Lopes – SEMA/SIDA/DIPPA
313 Ângela Timbó –INEMA
314 Thamires Mercês – CGDIS/INEMA
315 Rômulo Alexandrino
316 Manoel Ailton